

Uma história religiosa das cidades medievais



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA
SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Coleção Estudos Medievais

Comissão editorial

COORDENAÇÃO: NÉRI DE BARROS ALMEIDA (UNICAMP)

COMISSÃO EDITORIAL: CARLOS AUGUSTO RIBEIRO MACHADO (UNIVERSITY OF ST. ANDREWS)

MARCELO CÂNDIDO DA SILVA (USP) – MARIA FILOMENA COELHO (UNB)

OLIVIA ADANKPO-LABADIE (UNIVERSITÉ GRENOBLE-ALPES)

REPRESENTANTE DO CONSELHO EDITORIAL: CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO (USP)

André Miatello

**UMA HISTÓRIA RELIGIOSA
DAS CIDADES MEDIEVAIS**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

M58h Miatello, André
Uma história religiosa das cidades medievais / André Miatello.
Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2024.

1. Cidades e vilas medievais. 2. Cristianismo - Idade Média.
3. Comunas. I. Título.

CDD – 307.7609
– 270.3
– 333.2

ISBN 978-85-268-1678-7

Copyright © André Miatello
Copyright © 2024 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
Cep 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Para Caetano Andrade Miatello

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão à Université Paul-Valéry Montpellier 3, que gentilmente me concedeu a oportunidade de realizar dois estágios de pesquisa como professor convidado nos anos de 2015 e 2019. Gostaria também de agradecer ao estimado professor doutor Patrick Gilli por seu apoio e sua interlocução durante esse período. Um agradecimento especial aos alunos do curso As cidades na Idade Média Ocidental, nos anos de 2011, 2018 e 2020, e do curso Republicanismo Medieval, de 2018. Foi a curiosidade e o interesse demonstrados por vocês que me incentivaram a prosseguir com minha investigação sobre as cidades na Idade Média. Não poderia deixar de mencionar meus interlocutores no Laboratório de Estudos Medievais, nomeadamente os professores Néri de Barros Almeida e Marcelo Cândido da Silva, cujas contribuições foram inestimáveis para o aprimoramento deste trabalho. Por fim, gostaria de reconhecer o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Bolsa Produtividade em Pesquisa, que viabilizou a realização deste trabalho nos últimos quatro anos.

Imaginemos uma cidade composta por pessoas tão perfeitas que toda a sua vida seja para a honra e serviço de Deus, uma vida toda voltada para o ofício da honestidade, toda dedicada ao auxílio dos outros. Esta cidade, tal como um edifício nobre e magnífico, é construída com madeiras cortadas, esculpidas e polidas com grande habilidade, e decorada com todo o esplendor da arquitetura: cada cidadão, então, é como uma pedra ou madeira ornamentada em toda a sua beleza arquitetônica.

Guillelmus de Alvernia (m. 1249), *De sacramento in generali*.

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado.

Marco Polo para Kublai Khan em:
Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1991, p. 14.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 - A CIDADE ENTRE O IDEAL LIBERAL E AS LEITURAS TEOLÓGICAS	27
1.1 A <i>ville</i> dos burgueses contra a <i>cit�</i> dos padres	28
1.2 A igreja como p�lis	30
1.3 A Igreja, a cidade e os leigos como sujeitos eclesiais.....	34
2 - AS PALAVRAS E AS COISAS	49
2.1 <i>Urbs</i> e <i>Civitas</i> : a distin�o fundamental	49
2.2 <i>Urbs Ecclesia</i> : a converg�ncia fundamental	63
2.3 O crist�o e a cidade	80
3 - AS CIDADES E SEUS FUNDADORES	89
3.1 O conceito romano de funda�o	90
3.2 Agostinho de Hipona e a cristifica�o do conceito de funda�o	99
3.3 Isidoro de Sevilha: a urbe de pedra e a cidade de homens.....	102
3.4 Iacopo de Varagine, a cidade de G�nova e a autoridade da funda�o	108
4 - A CIDADE EPISCOPAL	121
4.1 Os bispos, a elite urbana e a constru�o da cidade crist�.....	123

4.2 Construir igrejas e edificar cidades.....	133
4.3 O governo cidadão dos bispos (séculos V a X).....	159
5 - <i>ECCLESIA MATRIX</i> OU <i>DOMUS CIVITATIS</i> : AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA IGREJA URBANA	175
5.1 A Mãe Igreja.....	177
5.2 <i>Domus ecclesiae</i> : a casa comum da cidade	186
5.3 Os cônegos da catedral.....	199
5.4 As escolas eclesiais e a educação na cidade	212
6 - ANTIGAS E NOVAS CIDADES, RENOVADAS REALIDADES ECLESIAIS	225
6.1 Celebrar a fé, compartilhar a cidade.....	226
6.2 Os senhorios territoriais (séculos X-XII).....	238
6.3 As igrejas castrais e a nova organização da comunidade eclesial ...	254
6.4 A paróquia e os centros urbanos.....	263
6.5 A paróquia urbana e a afirmação do senso de comunidade	271
6.6 Fundar paróquias para conquistar a terra (Lisboa, 1147).....	278
7 - AS COMUNIDADES ECLESIAIS E AS COMUNAS (SÉCULOS XI-XV)	291
7.1 As cidades e o regime comunal na visão dos historiadores modernos	291
7.2 Os pressupostos eclesiais da fundação das comunas.....	296
7.3 O associacionismo urbano entre corporações de ofício e confrarias	311
7.4 As instituições eclesiais e o governo comunal	328
7.5 Comunidade civil: ética eclesial e consciência comunitária	337
7.6 A linguagem do bem comum e do bom governo.....	349
8 - OS FILHOS DA IGREJA: UMA CIDADANIA POSSÍVEL.....	363
8.1 Os leigos, a comunidade eclesial e a sociedade urbana	364
8.2 As vias da devoção	367
8.3 As confrarias e irmandades urbanas	370
8.4 Leigos e leigos consagrados: a escolha da penitência como política	380
8.5 A atuação dos leigos na comunidade urbana: uma recusa à violência	392

9 - OS RITUAIS DA CIDADE-IGREJA	411
9.1 Batismo.....	418
9.2 Procissões.....	429
9.3 Sermões.....	448
9.4 O que é um sermão?.....	448
9.5 A pregação na cidade	460
9.6 Os pregadores urbanos.....	465
9.7 Efeitos da pregação nas cidades.....	475
10 - AS POLÍTICAS DA CARIDADE E A MISERICÓRDIA	
URBANA	485
10.1 “Não desvies do pobre os teus olhos”: esmola e hospitalidade nas cidades.....	488
10.2 A comunidade e a “ <i>cosa pública cretiana</i> ”	500
10.3 “E se a caridade, senhor, que sustenta o mundo, se perde, o que será de nós?”	513
CONCLUSÃO.....	527
DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....	537
BIBLIOGRAFIA CITADA	549

INTRODUÇÃO

Com o intuito de ser uma história religiosa da cidade ocidental, este estudo investigará o papel do religioso na organização da comunidade urbana, na gestão das pessoas e dos espaços, nas relações econômicas, na exploração do ambiente, enfim, na cultura da cidade como um todo. Além disso, ao buscar ser também uma história urbana da Igreja, o livro examinará a influência da cidade na construção da experiência eclesial cristã, especialmente ao longo dos séculos da Idade Média. As balizas deste trabalho são, portanto, duas: a história religiosa da cidade e a história social da Igreja. Por essa razão, as discussões que são apresentadas, por meio de ensaios articulados em capítulos temáticos, levam em consideração os debates estabelecidos pelos historiadores da cidade com a história da Igreja, assim como os debates estabelecidos pelos historiadores da Igreja com a história política e social. Quando pertinente, também são referenciados estudos conduzidos por teólogos e cientistas da religião.

Os termos “cidade” e “igreja” nunca tiveram significados fixos ao longo da história e, com o tempo, adquiriram novas acepções, por vezes ampliando ou restringindo a compreensão que se tinha anteriormente. Para os leitores contemporâneos, isso pode representar um desafio

adicional, pois nossa percepção dessas realidades sociais é frequentemente moldada pela cultura ocidental que se desenvolveu com o Iluminismo e as revoluções liberais. Esses movimentos deram origem aos Estados-nações e à subsequente dissociação entre cidade e cidadania, além do confinamento da religião no espaço privado. Os efeitos dessa transformação cultural e política transcendem a mera mudança de significado de palavras antigas, como “cidade” e “igreja”, e comprometem sua inteligibilidade histórica. Sob a influência do secularismo, por exemplo, podemos não reconhecer que “a religião exerceu um papel central durante a maior parte da história urbana”¹ ou, inversamente, que os antigos cristãos – criticados por Suetônio como promotores de ideias revolucionárias – foram pioneiros na defesa da laicidade do Estado.

Nesse sentido é notável como a história do cristianismo desde o início foi marcada por tensões entre grupos ou facções que discordavam sobre como interpretar o mundo material e as estruturas políticas e sociais, como o Estado e a família, por exemplo. Alguns os consideravam coisas más e condenáveis, enquanto outros os viam como algo bom e digno de cuidado. Essas divergências também se estendiam às visões sobre o papel de Cristo e da Igreja no mundo secular. Portanto, não é surpreendente que a versão do cristianismo adotada pelo Império como sua nova religião oficial em 380, com o Edito de Tessalônica, tenha sido aquela representada pelas Igrejas de Roma e Alexandria. Os bispos dessas cidades reivindicavam sua sucessão dos antigos apóstolos como Pedro e evangelistas como Marcos. Eles argumentavam que os grupos gnósticos, ao favorecerem uma religião de espíritos contra a carne, acabavam por condenar a veracidade da carne humana de Cristo, e por conseguinte o alcance histórico da redenção sobre as estruturas injustas da cidade. Esses bispos eram veementemente contra qualquer forma de divisão sectária na Igreja, pois acreditavam que “não há presença divina onde não há comunidade humana”.² Assim, aqueles que participavam da comunhão com a carne de Cristo deveriam também compartilhar da vida daqueles que Cristo veio redimir.

O texto conhecido como *A Diogneto* expressa esse princípio da seguinte maneira:

Os cristãos, de fato, não se distinguem dos outros homens, nem por sua terra, nem por língua ou costumes. Com efeito, não moram em cidades próprias, nem falam

língua estrangeira, nem têm algum modo especial de viver. [...] Pelo contrário, vivendo em cidades gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes do lugar quanto à roupa, ao alimento e ao resto, testemunham um modo de vida social admirável e, sem dúvida, paradoxal. Vivem na sua pátria, mas como forasteiros; participam de tudo como cristãos e suportam tudo como estrangeiros.³

Quando *A Diogneto* foi escrito por um cristão anônimo em algum momento do século III, os seguidores de Cristo eram em sua maioria de origem pagã e buscavam diferenciar-se dos judeus dispersos pelo Império Romano, que optavam por não se assimilar às populações das cidades helenizadas. A convivência com gregos e bárbaros, desejada e buscada pelos cristãos, delineou uma ética de solidariedade pela qual as “assembleias de Deus” (*ekklesíai tou Theou*) – como Orígenes nomeava as *igrejas* – colaborariam para o aperfeiçoamento das assembleias políticas (*ekklesíai*) de cada cidade, principalmente através de uma melhor observância de seus fundamentos legais. Orígenes inclusive estabeleceu um paralelo entre a *assembleia* dos cristãos e a *assembleia* política dos cidadãos, o *senado* cristão (composto do clero) e o *senado* civil, e entre “o chefe da igreja [o bispo] de cada cidade e o governante político”, e observou que o comportamento ético dos primeiros só discrepava daquele dos últimos porque esses últimos seriam indolentes em abandonar a idolatria do Estado e em seguir o ordenamento jurídico e a ética social.⁴

Orígenes e o autor do discurso *A Diogneto* trataram das “igrejas”, no plural, como assembleias urbanas de crentes em Cristo que se caracterizavam por uma atenção especial às leis e aos princípios da convivência civil. Para eles, a religião de Cristo se identifica com as “assembleias de Deus”, ou seja, as igrejas, as quais, por sua vez, assimilam a cultura das cidades. Se a condição autoimposta de apátridas levou mais de um filósofo grego a considerar os cristãos como pessoas subversivas, estes, como membros de comunidades eclesiais urbanas, acreditavam agir nas cidades como a alma de um corpo. Nada de morar em guetos ou evitar a assimilação. Desde que as leis civis estivessem em conformidade com o que chamavam de direito natural, as comunidades eclesiais estavam dispostas a se conformar com as instituições políticas e a zelar por elas. Textos de Agostinho de Hipona (m. 434), Gregório Magno (m. 604) e outros demonstram que

esse procedimento não foi abandonado nos séculos V e VI. No século VII, com uma mais completa cristianização das antigas cidades romanas, ele adquiriu a forma de um sistema eclesial de cidade, que será um dos principais objetos deste estudo.

Toda essa política cristã de integração com a cultura urbana e de produção de novos sentidos de vida comunitária e ordenamento civil foi desenvolvida a partir do que José Comblin denominou de *Teologia da Cidade*.⁵ Isso implica reconhecer que, ao adotar uma postura favorável às cidades, as assembleias eclesiais elaboram uma teologia correspondente, que consiste em interpretar as realidades sociais e as instituições civis segundo uma experiência religiosa que atribui à comunidade humana um valor teológico inegociável. Nesse sentido, o trabalho historiográfico que apresento ao leitor não pode dispensar os artefatos e os métodos teológicos, pois eles são valiosas portas de acesso ao fenômeno urbano em todos os lugares e épocas considerados neste estudo. Foi com base na teologia que os cronistas produziram suas narrativas e retrataram as cidades; e nem precisaram fazer muito esforço, uma vez que os textos sagrados da comunidade eclesial já lhes forneciam o argumento necessário para desenvolverem seus relatos.

O último capítulo do livro Apocalipse de São João, que conclui o Novo Testamento, descreve uma teofania universal, materializada em uma cidade que desce dos céus. Essa cidade não tem um templo, embora construída por Deus; é uma cidade sem violência, ainda que cercada de muros; uma cidade de pobres de espírito, mesmo estando adornada com pedras preciosas. O Apocalipse, como último livro da Bíblia cristã, oferece um epílogo *urbano* para a história humana que teve início em um jardim, conforme narrado no livro de Gênesis, onde os primeiros seres humanos tomaram uma decisão livre, mas que resultou em sua queda. Assim, a *cidade* descrita no Apocalipse se apresenta como um antídoto para aqueles que foram banidos do *jardim* do Éden. A presença duradoura dessa imagem bíblica – ou desse conjunto de imagens – na concepção cristã, antiga e medieval da *cidade terrena* é motivo suficiente para justificar a dedicação de muitos estudiosos da história urbana, e certamente justifica o esforço em produzir o livro que o leitor tem agora em mãos.

Tomei todos os cuidados necessários para preparar um estudo com o máximo rigor acadêmico, levando em consideração que o texto também

será lido por pessoas que não são especialistas em História ou Teologia. Por essa razão, evitei notas de rodapé e mencionei apenas a bibliografia que foi fundamental para a redação do livro, sem a intenção de abranger todos os estudos correlatos, resumir debates ou fornecer um panorama historiográfico completo. A investigação buscou desvendar aspectos das cidades ocidentais que hoje em dia seriam classificadas como *idades europeias*. No entanto, gostaria de destacar duas coisas a respeito disso: em primeiro lugar, dei mais destaque às regiões mediterrâneas dessa história e às realidades urbanas que tiveram um impacto significativo em experiências sociais e políticas não europeias. Sempre que possível, também dediquei atenção às comunidades urbanas da península Ibérica, a fim de evitar a tendência de considerar o comunalismo/republicanismo como algo exclusivamente italiano. Em segundo lugar, desde o início me posicionei como um historiador não europeu, utilizando essa diferença geográfica como uma forma de tornar a análise dos fenômenos religiosos e urbanos mais plural e menos condicionada pela tradição historiográfica europeia sobre a Idade Média.

Ao escolher abordar as comunidades urbanas a partir das formas comunitárias da religião cristã e de suas influências na cultura civil, este livro dá prioridade à investigação de rituais, símbolos, liturgias e expressões culturais. É importante ressaltar que os historiadores europeus, embora não de forma unânime, costumam deixar esses aspectos sob a responsabilidade da História Eclesiástica, da História da Liturgia ou das Crenças Religiosas, áreas consideradas, por eles, separadas da história das sociedades e dos poderes,⁶ e, portanto, seus resultados raramente são incorporados ao ensino nas faculdades de História. Até recentemente, especialistas em História Medieval lidavam com a *religião* como um produto ideológico de uma “instituição hegemônica”, a Igreja, que era reduzida a uma “instituição eclesiástica” cada vez mais centralizada, dirigida por um clero letrado que monopolizava o sagrado e procurava controlar as massas de leigos iletrados, frequentemente rotulados como supersticiosos e inclinados à contestação. Os especialistas da História Eclesiástica poderiam ter oferecido um contrapeso para os exageros dessa visão laicista e anticlerical, se não fosse pelo fato de também serem excessivamente tendenciosos em sua abordagem confessional religiosa, na qual a Igreja romana é vista como vítima de poderes laicos ambiciosos que buscavam manipular o sagrado em benefício próprio.

A ideia de escrever este livro surgiu durante meus primeiros anos como professor universitário, especialmente nos cursos sobre cidades medievais que ministrei. Ao entrar em contato direto com os estudantes, percebi que sua formação em relação à Idade Média era superficial e marcada por distorções acadêmicas modernas. Fiquei ciente de que seria mais fácil seguir reproduzindo a tese de que as cidades ocidentais começaram a resgatar a tradição republicana clássica à medida que se libertavam da influência da instituição eclesiástica centralizada e todo-poderosa. No entanto, essa peça parecia não se encaixar no quadro explicativo que eu considerava menos reducionista. Para mim, não era uma tese, mas uma antítese. Por outro lado, eu não conseguia fazer com que eles enxergassem o ponto de discordância sem parecer que eu estava propondo uma versão renovada da velha história confessional. Como solução, selecionei um conjunto de imagens e textos, tanto sacros quanto profanos, que relacionavam a *religião* e a *cidade*. Procurei suscitar a observação dos traços e elementos que apontavam para o coletivo e o comunitário, enfatizando a ritualidade, o movimento coreografado dos corpos humanos e das corporações profissionais no *corpo* de pedra das cidades,⁷ nas quais o religioso ia além de uma simples instituição. Sua experiência ajudava a *fabricar* o urbano à medida que congregava a comunidade.

Reconheço minha dívida para com sociólogos como Émile Durkheim e Max Weber, e teólogos como Johann Baptist Metz e Jon Sobrino. Eles me fizeram enxergar a religião além de sua dimensão institucional e perceber nas escrituras sagradas, nas fórmulas litúrgicas e nas representações dos mistérios um movimento fora do comum das coletividades que se alimentam dessas práticas e promovem vida social, frequentemente desafiando regimes e reinventando a ordem política. Era necessário responder à racionalidade iluminista europeia, que via a *fé* como oposta à *descrença* (ateísmo), a religião como oposta à política, o sagrado como oposto ao profano e o espírito como oposto à matéria. Ao nos afastarmos desses pressupostos e nos aprofundarmos na história do povo bíblico ou das primeiras comunidades eclesiais, notamos que a categoria *fé* tinha significados bem diferentes, como compromisso individual e coletivo com a justiça e um pacto comunitário que inspirava a luta contra qualquer forma de idolatria do poder político, seja dos impérios antigos ou de qualquer outro poder dominador. Os biblistas já sabem disso desde